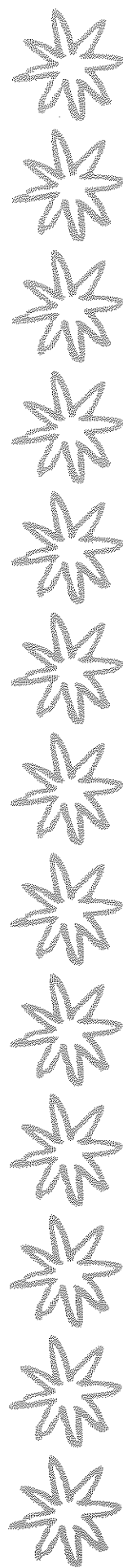


# O IM AG IN ÁRIO medieval

coordenação  
Carlos Guardado da Silva



O imaginário medieval / XVI Encontro Turres Veteras : O Imaginário ; coord. Carlos Guardado da Silva. – Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ; Torres Vedras : Município, 2014. – 160 p. : il. ; 27 cm. – (Turres Veteras ; 16)

ISBN 978-989-689-407-8

I – SILVA, Carlos Guardado da, 1971-

CDU

930.85“05/...”(042)

94(100)“05/...”(042)

TÍTULO  
O Imaginário Medieval

COORDENAÇÃO  
Carlos Guardado da Silva

EDIÇÃO  
Edições Colibri  
Câmara Municipal de Torres Vedras  
Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano

GRAFISMO E PAGINAÇÃO  
Colibri Artes Gráficas

CAPA  
Olga Moreira

TIRAGEM  
750 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

1.ª EDIÇÃO  
Maio 2014

## D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos

Isabel Dias  
Universidade do Algarve

Mesmo sem ter encontrado as razões que levaram o infante D. Pedro, filho de D. Sancho I, a sair do reino de Portugal para Marrocos, provavelmente pouco tempo depois da morte do seu pai, no ano de 1211, o autor da *Crónica de 1419* avança a opinião de que o infante “foy a ver mundo e buscar sua vida”<sup>1</sup>. Expressão semelhante utilizou o autor anónimo de um texto sobre o infante, que faz parte do Cód. 886, proveniente do Mosteiro de Santa Cruz: “e achamos deste Iff.te em as crónicas de Portugal que foi em o reino de Marrocos que he em affrica por auer nome e fama”<sup>2</sup>. Só mais tardiamente autores como, por exemplo, Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso II*, escrita no primeiro quartel do séc. XVI, Frei Marcos de Lisboa, nas *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, editadas pela primeira vez em 1557, e o autor do *Tratado da Vida e Martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, publicado em 1568, põem na origem do percurso aventuroso de D. Pedro a inimizade com o seu irmão, D. Afonso II<sup>3</sup>; motivo que parece ser confirmado por um passo da carta de Inocêncio III, de 31 de Agosto de 1212, onde se lê que D. Afonso II expulsou do reino de Portugal alguns nobres seus adversários<sup>4</sup>.

O que podemos constatar é que o abandono de Portugal pôs o infante em contacto com algumas das figuras mais importantes do seu tempo, quer na Península Ibérica (D. Afonso IX de Leão, D. Jaime I de Aragão, a condessa de Urgel com quem se casou), quer no norte de África (o Miramolim Abu Yakub II al-Mustansir) e lhe franqueou a entrada na documentação e historiografia de diferentes nacionalidades. Como também, aliás, a saída do seu irmão D. Fernando para França, e daqui para a Flandres, veio a permitir que este infante ocupasse significativos espaços textuais na cronística medieval de além Pirinéus<sup>5</sup> e na literatura ficcional francesa, como mostra o *Livre de Baudouin, comte de Flandre, et de Ferrant, fils du Roi de*

<sup>1</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crít. de Adelino de Almeida CALADO, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. 113.

<sup>2</sup> *Crónica de Cinco Reis de Portugal* (seguida da parte da *Crónica Geral de Espanha* que insere as histórias dos reis de Portugal), ed. dipl. e prólogo de A. de Magalhães BASTO, Biblioteca Histórica-Série Régia, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945, p. 229.

<sup>3</sup> *Coronica delrey D. Affonso II*, in *Crónicas de Rui de Pina*, introd. e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977, p. 109; Marcos de LISBOA, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, Primeira Parte, reimp. da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (da edição de Frei Luís dos Anjos, 1614-15), 2001, p. 136v; *Tratado da Vida e Martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, ed. de António Gomes da Rocha MADAHIL, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. [57].

<sup>4</sup> Veja-se António BRÁSIO, “O Infante D. Pedro Senhor de Maiorca”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, Volume IX, Lisboa, 1959, p. 167.

<sup>5</sup> Cf. Luciano CORDEIRO, “O Conde Ferrant”, *Revista de Arqueologia*, Tomo I, 1932; Louis GOFFIN, *Fernand de Portugal comte de Flandre et de Hainaut*, Biblioteca de Altos Estudos, Academia das Ciências de Lisboa, 1967; Isabel Rosa DIAS, “Fernando de Portugal, Conde da Flandres”, in *Modelo*, Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, Porto, Universidade do Porto, 2006, pp. 173-178.

Portugal<sup>6</sup>. E nesta sequência recorde-se que já antes a saída da tia de ambos, D. Teresa, casada com Filipe da Alsácia, lhe garantira uma apreciável memória literária nos registos histórico-literários do norte da Europa<sup>7</sup>. Deixando assim o “espaço redondo” da sua origem, o filho secundogénito de D. Sancho I expôs-se na sua errância mais ou menos programada à atracção dos circuitos de poder, encontrando aí um espaço de crescimento e acção, que pela sua relevância se impôs à representação escrita.

Pelo menos entre 1223 e 1230, o infante D. Pedro ocupou no reino de Leão os destacados lugares de mordomo e de tenente de várias terras. Ainda em 1230, participou na conquista de Mérida, ao serviço de Afonso IX de Leão, e efectuou o seu contrato de casamento (estabelecido dois anos antes) com Aurembiaix, condessa de Urgel. Desde aquela data até 1256, ano provável da sua morte, são quase sempre as fontes aragonesas que nos revelam os seus dispersos passos, como mostra o levantamento documental feito por António Brásio, no estudo que dedicou ao infante português<sup>8</sup>. De conde de Urgel a senhor feudatário de Maiorca e das outras ilhas baleares, por troca com Jaime I de Aragão, o infante D. Pedro, que também teve o domínio vitalício de algumas vilas e castelos em Valência, apresenta-se como uma figura relevante no xadrez político da região. Apenas a reconhecida competência guerreira do “filius illustris regis Portugalensis”, como aparece designado no começo de muitos diplomas régios aragoneses, pôde justificar que em Junho de 1229 o papa Gregório IX o tivesse chamado a combater contra os lombardos, elevando-o acima de todos os “Reges et principes, ac magnates Ecclesiae fideles”<sup>9</sup>. O papa exortava-o a desempenhar o papel da profetisa Débora que, sob inspiração de Deus, levou o povo de Israel a libertar-se da força opressiva de Sísera (“ut Deborah sedentem sub palma, imo in palmam potius ascendentem, contra Sisaram sequaris ad proelium, qui exclusit gaudium a se verum utinam non inferni doloribus mancipatus...”) <sup>10</sup>. Por volta do ano 1233 foi o infante D. Pedro que pediu a Gregório IX que exortasse os cristãos a moverem uma cruzada contra os mouros que ameaçavam Maiorca. Em carta datada daquele ano o papa seguia o conselho do “dilecti filij nobilis viri Petri infantis, nati inclytae recordationis Regis Portugaliae”<sup>11</sup>.

Só a *Crònica o Llibre dels Feits* de Jaime I de Aragão foi pouco lisonjeira com o infante português ao relatar que este, pelo ano de 1231, respondeu tarde e desprevenidamente à chamada daquele monarca para a defesa da ilha de Maiorca contra os mouros:

E haviem fait canvi de la terra de Mallorques ab l'infant don Pedro de Portugal, e haviem-li eniat missatge que pensàs d'acórrer a l'Illa de Mallorques una vegada e dues. E ell responia'ns bé, mas anc no'n mès res en obra. E, sus a la mija nuit que nós fafem llevar l'àncora a la galea e als altres llenys per passar a la davant dita terra, venc don Nuno a la riba de la mar, e cridaren a altres vous:

– Oi de la galea?

Responeren:

– E què?

E dixeren:

– Don Nuno diu e que us prega que l'esperets un poc, que aquí és l'infant de Portugal que vol parlar ab vós.

<sup>6</sup> Trata-se de uma obra de autor anónimo, que deverá ter as suas origens no séc. XIV. O primeiro testemunho conhecido é uma impressão feita em Lyon, no ano de 1478. Em Portugal, existe uma cópia setecentista incompleta na Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, feita a partir de um testemunho da Biblioteca da Vaticana.

<sup>7</sup> Luciano CORDEIRO, *A condessa Mahaut*, Lisboa, Liberal Officina Typographica, 1899.

<sup>8</sup> António BRÁSIO, *op. cit.*

<sup>9</sup> Breve editado por A. BRÁSIO, *op. cit.*, p. 195.

<sup>10</sup> *Ibidem.*

<sup>11</sup> Epístola 185 editada por A. BRÁSIO, *op. cit.*, pp. 207-208.

E nós volguem moure: e puis haguem de consell que, pus aquí era, que el víssem que per ell no deixariem a moure. E vim-lo, e venc en una barca ell e don Nuno, e pujà en la galea, e demana(m)-li què volia. E dix l'infant que era vengut aquí per passar a Mallorques.

– E quants cavallers ha ab vós aquí?

E dix:

– Bé n'hi ha quatre o cinc, e els altres vénen.

E dixem:

– Si m'ajut Déus, no venits bé aparellats per passar: mas veu's aquí les nostres naus e les tarides que es mouen matí, e si us volets recollir entrats en bona hora, que nós anar-nos n'hem, que en totes maneres sabren si és lo rei de Tunis en Mallorques ni la host.

E dix ell que romandria en la galea ab un cavaller e ab un escuder, e que don Nuno manàs passar los altres. E podien-los lleu passar, que, si no aquells quatre cavallers qui venien ab ell, no n'hi havia pus ne n'hi venien més. E eixí don Nuno de la galea, e ell romàs ab nós.<sup>12</sup>

Este episódio, recopiado por cronistas aragoneses posteriores, como o dominicano Pere Marsili<sup>13</sup>, cobre intencionalmente de algum ridículo o infante estrangeiro, por aquela data ainda conde de Urgel. O tom faccioso do discurso contrasta pois com a informação transmitida pelas fontes documentais antes referidas e com o destaque que o infante mereceu, por exemplo, na *Estoria de los Godos* (tradução do séc. XIII da *Historia Gothica* de Rodrigo Ximénez de Rada), incomparavelmente maior do que o que foi dispensado a alguns reis e outros infantes portugueses:

el yfañt don Pedro, que caso com la fija de don Armingot, conde de Urgel τ fino sin fijos, deste diremos depues que fue del [...] El yfañt don Pedro que diximos, que caso con fija del conde Urgel, non ouo fijos; la muger ouo de morir τ delexo el condado a don Pedro en que uisquiese, depues que tornase asus herederos; el rey don Iayme de Aragon, muerta la condesa, por que ael pertenesçie el condado, temiendo que sele malmeterie, fizo conpuçion con el yfañt don Pedro quel diese el regno de Mayorga con su conquista por sus dias τ quel dexase Urgel τ asi fue. Despues el yfañt enoiose de mar pasar a tiempo τ fizo conpuçion quel diese Muruiedro τ Sogoue τ Moriella τ otros logares por sus dias τ que le delexase Mayorga τ asi fue. Pues los dio al yfañt don Alfonso, fijo del rey de Aragon, que las touiese por el.<sup>14</sup>

Na cronística medieval portuguesa o eco dos desempenhos militares e políticos do infante em terras peninsulares chegou laconicamente à *Crónica Geral de Espanha de 1344* (“E o iffante dom Pedro, que conquistou Mayorgas”)<sup>15</sup> e à *Crónica de 1419* (“e o iffante dom Pedro, que comquistou Mayorquas e foy casado com a filha do conde d.Orgel e não ouve dela ffilhos”)<sup>16</sup>. A fama das suas façanhas teve contudo maior desenvolvimento numa curta memória crúzia, já acima citada, que faz parte do códice 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, conhecido por integrar a *Crónica de Cinco Reis de Portugal*. Tal memória foi copiada na parte final do

<sup>12</sup> Jaume I, *Crònica o Llibre dels Feits*, a cura de Ferran SOLDEVILA, Edicions 62, Barcelona, 2000 (4ª ed.), pp. 146-147.

<sup>13</sup> *Historia de la conquista de Mallorca: crónicas inéditas de Marsilio y Desclot* en su testo lemosin, vertida la primera al castellano y adicionada com numerosas notas y documentos por D. José Maria CUADRADO, Palma, Imprenta y librería de D. Estevan Trias, 1850 (cap. XLI).

<sup>14</sup> *Estoria de los Godos*, ed. crit. e introd. de Aengus WARD, The Society for the Study of Medieval Languages and Literature, Oxford, 2006, pp.155-156.

Sobre a provável origem aragonesa do tradutor da *Estoria* veja-se Diego CATALÁN e Enrique JEREZ, “Rodericus” *Romanzado en los reinos de Aragón, Castilla y Navarra*, Madrid, 2005, pp. 27-36.

<sup>15</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. crítica de L. F. Lindley CINTRA, Vol. IV, Lisboa, IN-CM, 1990, p. 37.

<sup>16</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, ed. cit., p. 84.

códice, onde figuram outros textos soltos, entre os quais a lenda dos cinco mártires de Marrocos. Foi escrita pela mesma mão que as restantes peças do códice, entre os finais do séc. XVI e o séc. XVII, devendo o seu original datar do séc. XV.

Intitulada “Do Infante D. Pedro”, nela se narra como Gil Eanes, prior de Arruda<sup>17</sup>, e João Álvares, tesoureiro da Sé do Porto<sup>18</sup>, vindos em determinada ocasião de Roma, aportaram a Maiorca e aí entraram em diálogo com um conego da sé maiorquina a propósito do infante D. Pedro de Portugal. Os primeiros tópicos de conversa foram o lugar de sepultura do infante, a sua participação na conquista de Maiorca e as benesses por ele feitas à respectiva Sé:

hũ conego da dita see lhes perguntou em que reino eraõ e elles responderaõ que erã de portugal e disse o conego aqui nesta see jaz hũ Iff<sup>o</sup> que se diz Dom Pedro f<sup>o</sup> de hũ rej de Portugal e dissenos que este Iff<sup>o</sup> ajudara a ganhar aquella ilha de majorca aos Mouros e o mais que esta see ha de que nos viuemos elle nolo deu<sup>19</sup>

É na realidade um facto que D. Pedro esteve na conquista de Maiorca, em 1229, e que no seu testamento, datado de 1255, pedia para ser sepultado na Sé de Maiorca, onde dois sacerdotes deveriam rezar em permanência pela sua alma e pela dos seus parentes. Segundo António Brásio, no estudo já citado, alguns autores espanhóis puseram em dúvida que alguma vez a vontade do infante tivesse sido cumprida por não subsistirem vestígios da sua sepultura. Apesar dessa evidência não se pode liminarmente descartar a hipótese de o túmulo do infante poder ter estado durante um certo período na Sé de Maiorca.

O texto de Santa Cruz de Coimbra, que continuo a seguir, evoca, por um lado, as benfeitorias de D. Pedro, em Maiorca—

dizendo o conego de Majorca que por honrra deste Iff<sup>o</sup> D. Pedro que mujtos bens auia deixado aaquella see escreveu em hũ liuro Pa sua memoria Pa sempre em aquella see<sup>20</sup>

— e, por outro lado, por via da mesma fonte oral (“o conego de Majorca”), elogia a participação militar de D. Pedro na tomada de Ibiza:

e ainda este conego da see de Majorca disse que este Iff<sup>o</sup> per si com sua gente assj como caualeiro muj esforçado em armas tomara a ilha de Cefica que a este tpõ era de Mouros e que se elles fossem em sefica achariaõ á porta do castello as quinas de portugal e elle Gil eanes prior darruda e Joaõ Alures tisoureiro da see do porto foraõ em esta ilha de sefica e viraõ as quinas em cima das portas do castello que saõ armas dos reis de portugal<sup>21</sup>

<sup>17</sup> Gil Eanes foi prior da Igreja de Santa Maria da Salvação, na Arruda, nos finais do séc. XV, mais precisamente nos anos oitenta deste século. Antes dele, o priorado foi ocupado por D. Nuno de Aguiar, bispo de Tânger, e, depois dele, por D. Álvaro Nunes, que se terá mantido em funções entre 1492 e 1501. O nome de Gil Eanes aparece num traslado que transmite um testemunho atribuído a Cristóvão Luís (recolhido provavelmente no contexto de uma visitação realizada nos inícios do séc. XVI). Tal traslado começa da seguinte forma: “Disse que elle sabe que esta igreja [da Arruda] heram priores nelle sempre conegos de sam Vte como foi o prior Gil Anes que elle se acorda falecer nesta Igreja E depois delle veio Alvaro nunez por Prior cónego da dita casa que elle conheço ...” (Mosteiro de S. Vicente de Fora, 2<sup>a</sup> Inc., Cx. 11, doc. 76).

<sup>18</sup> Este nome aparece na lista de tesoureiros da Sé do Porto, elaborada pelo conego António Ferreira PINTO. A propósito de João Álvares aquele estudioso registou o seguinte: “No ano de 1441 arrendou ao Cabido parte dos dízimos e primícias da cidade, como se pode ver no Índice-Roteiro, n.º 343, e no livro 89 das Sentenças” (*O Cabido da Sé do Porto. Subsídios para a sua História*, Documentos e Memórias para a História do Porto, VI, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940, p. 131).

<sup>19</sup> *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, ed. cit., p. 228.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 229.

A ilha de Ibiza foi conquistada em 1235, como referem as crónicas aragonesas, desta vez sem animosidade contra D. Pedro<sup>22</sup>, formalmente senhor feudatário daquela ilha desde 1231, ano em que também lhe foi entregue Maiorca.

Mas voltando à memória de Santa Cruz, aqui o cónego de Maiorca não é o único a expressar opiniões sobre o infante D. Pedro. Os seus dois interlocutores portugueses também o fazem, de acordo com as fontes portuguesas por eles conhecidas:

e achamos deste Iff<sup>o</sup> em as cronicas de portugal que foi em o reino de Marrocos que he em affrica por auer nome e fama e este Iff<sup>o</sup> Dom Pedro trouue çinquo Martires a Coimbra da ordem de s. fr<sup>o</sup> que foraõ ao rejno de Marrocos pregar a muj nobre e santa fee catholica de jesu xpõ aos jnfieis arrenegados e elrej de Marrochos os martirizou segundo mais compridamẽte he escrito na sua historia em ho m.<sup>o</sup> de S<sup>a</sup> Cruz de Coimbra onde elles jazem muj honrradamente sepultados, e este Iff<sup>o</sup> D. Pedro apanhou os seus corpos em postas.<sup>23</sup>

E um pouco mais adiante há de novo uma evocação da viagem a Marrocos, onde “em aquella guerra que auia elrej com o outro rej mouro ouue o Iff<sup>o</sup> D. Pedro grande nome”.

A memória de Santa Cruz em apreço é provavelmente o único relato medieval português conhecido a referir-se tão extensivamente à presença e ao desempenho militar de D. Pedro nas Baleares. Forma com os vários textos crúzios relativos ao martírio dos cinco frades franciscanos em Marrocos um interessante tributo ao infante português, que contribuiu para engrandecer o poder espiritual do Mosteiro conimbricense com as relíquias daqueles mártires franciscanos<sup>24</sup>.

A estadia do infante em Marrocos, cujos limites cronológicos e razões se conhecem difusamente, deu com efeito origem a uma tradição textual que coloca o infante no centro do começo da história da evangelização cristã no norte de África, assinalada pelo martírio dos

<sup>22</sup> Jaume I, *Crònica o Llibre dels Feits*, ed. cit., pp. 156-157.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>24</sup> Entre tais textos contam-se: a) os três capítulos que se seguem à memória citada, onde se narra em português a lenda dos cinco mártires de Marrocos (cf. *Crònica de Cinco Reis de Portugal*, ed. cit., pp. 230-248. Creio que estes capítulos, que fazem parte do códice crúzio 886, se encontram desvinculados do contexto narrativo original: o final da crónica de D. Afonso II, escrita em 1419. É neste lugar que se encontram na versão quinhentista da *Crònica de 1419*, conservada na Biblioteca da Casa do Cadaval – cf. *Crònica de Portugal de 1419*, ed. cit., pp. 113-119. Uma reflexão mais profunda sobre este assunto, bem como sobre a tradição textual da lenda dos cinco mártires de Marrocos, poderá ser lida em Isabel Rosa DIAS, “La légende des cinq martyrs franciscains du Maroc dans son contexte portugais”, *Franciscana*, Fondazione Centro Italiano di Studi Sull’Alto Medioevo, Spoleto (2009), pp. 1-25); b) um curto apontamento na *4ª Crònica Breve*, que lembra a ligação entre o infante e as relíquias dos mártires (“E o Jfante dom Pedro o quall trouue de Marocos <estes> os marteres a Ssanta Cluz”, *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. de António CRUZ, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 145); c) outro apontamento pertencente a um conjunto de registos sobre alguns priores de Santa Cruz, que fala da intervenção de D. Gomes na dignificação do culto dos mártires de Marrocos (“Este dom Gomez treladou estes cinco martires que <Jazem em este Mosteiro> Jaziam a maaõ dereyta em na parede Em huum moimento de prata E poscos em allto Em huum moimento de prata com vº Imageens delles mesmos vº mártires ca vº foram marterizados Em terra de Marrocos, *ibidem*, p. 106); d) e, por fim, duas narrativas latinas de extensão desigual com a história dos referidos mártires, inseridas no códice 29 de Santa Cruz: uma extensa (*BHL* 1172), copiada por Fr. Francisco de Sevilha, em 1476, a pedido do provincial da Ordem franciscana, Fr. João da Póvoa; e outra mais curta (*BHL* 1170), que, com excepção do acrescento do prólogo, é uma reescrita do relato que figura na *Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum* (*BHL*, Suppl. 1171a), compilada entre 1360-1374, segundo se pensa, por Fr. Arnaldo Serrano. Esta crónica latina encontra-se incompletamente traduzida para português no códice IL 94. Ambas as narrativas latinas serviram de fonte ao já citado *Tratado da Vida e Martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, escrito a pedido do bispo do Mosteiro de Santa Cruz, D. Jorge Barbosa.

primeiros frades franciscanos. Segundo a *Crónica de 1419*, no começo dessa tradição estiveram os testemunhos orais dos cavaleiros portugueses Estêvão Peres de Santarém e Rui Fafez, que presenciaram o martírio de cinco frades menores. Ouvidos tais testemunhos, o bispo de Lisboa D. Mateus (em funções entre 1259 e 1282) ter-se-á encarregado posteriormente de os passar à escrita. É, com efeito, o que podemos ler no final do sétimo capítulo da curtíssima narrativa quatrocentista relativa ao reinado de D. Afonso II:

E porque, depois da tomada deste lugar [Alcácer do Sal] ate morte deste rey dom Afonso, que passaram seis anos, nom achamos cousa que ele nem outrem fizese no regno que de contar seja, salvo que em tempo deste rey o iffante dom Pedro, seu irmão, filho del.rey dom Sancho, trouve de Maroquos pera Coimbra os çimquo marteres de Ordem de Sam Francisco na era de mil ii° lxbiii° anos, aos xbi dias de janeiro, que forom marterizados pela ffee de Jhesu Christo, a qual estoria aquy diremos segundo foy sabida per muytos que com o iffante andavom em Maroquos, espeçialmente por hum cavaleyro natural de Santarem, chamado por nome Estevom Pirez, homem honrado e de bõos costumes, segumdo desto dá testemunho dom Mateus, bispo de Lixboa, em cujas mãos, por juramento dos santos Avanjelhos, ele contou toda a estoria como se aconteçera, estando ele com outros muytos fidalguos em Maroquos em companhia do dito iffante dom Pedro<sup>25</sup>

A *legenda* dos mártires, que ocupa os três últimos capítulos da referida narrativa cronística, faria parte do texto original da *Crónica de 1419*, como também dele fariam parte as narrativas hagiográficas relativas a S. Vicente, aos milagres praticados pelo cavaleiro Henrique e à vida e milagres da rainha Santa Isabel. Não pode por isso deixar de nos chamar a atenção o facto de, no testemunho quinhentista da *Crónica de 1419* proveniente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (editado sob o título *Crónica de Cinco Reis*), a *legenda* não fazer parte da narrativa do reinado de D. Afonso II, tendo sido substituída pelo texto do letreiro tumular de D. Sancho I. Na verdade, a lenda foi copiada no final da incompleta *Crónica de Cinco Reis*, logo a seguir à já comentada memória sobre o infante D. Pedro. Estaremos perante um efeito provocado pela complicada transmissão textual da *Crónica de 1419*? Ou terá havido uma deslocação intencional deste (e apenas deste) texto hagiográfico, onde D. Pedro é personagem central, para um lugar onde se fizesse autonomamente o seu elogio? Evitar-se-ia assim um confronto de representações concorrenciais no espaço textual dedicado a D. Afonso II, segundo concepção original do autor quatrocentista da crónica, que um outro testemunho (conservado na Casa do Cadaval) reproduz?

As versões da *legenda* presentes nos dois manuscritos da *Crónica de 1419* são os mais antigos textos conhecidos em vernáculo sobre a história dos mártires de Marrocos, tendo como matriz a narrativa transmitida pela *Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum*. Presume-se, pois, que uma tradução portuguesa da lenda já estivesse disponível desde o séc. XIV, facilitando, assim, o acesso de clérigos e leigos à história dos franciscanos enviados por S. Francisco de Assis para evangelizarem o norte de África.

A *legenda* conta que os frades passaram primeiro por Coimbra, onde se encontraram com a rainha D. Urraca e depois por Alenquer, onde permaneceram por alguns dias com a devota irmã do rei, D. Sancha. Dali encaminharam-se para Sevilha, onde iniciaram a sua difícil pregação aos mouros. Com a ajuda de alguns cristãos, passaram-se depois para África, beneficiando da hospitalidade do infante português D. Pedro, que, embora tentando, não conseguiu dissuadi-los de pregarem por todo lado e a todos a fé cristã. Acabaram, por essa razão, por morrer decapitados às mãos do sultão marroquino. As suas relíquias foram posteriormente levadas para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. D. Pedro tê-las-á acompanhado até este destino, segundo as fontes mais antigas e segundo o testemunho da *Crónica de 1419*.

Estamos com efeito perante uma memória celebrativa do novo ideal de missão e de pobreza praticado pelos frades menores, que procurou aproximar-se da mensagem evangélica, e

<sup>25</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, ed. cit., p. 113.

foi apoiado pelo espírito de renovação da igreja proposto pelo IV Concílio de Latrão (1225). Foi com esse ideal de missionação apostólica que o percurso cavaleiresco de D. Pedro se cruzou, a ele ficando associado nas memórias históricas portuguesas. Mas não só.

Assim, nos *Annales historiae illustrium principum Hanoniae*, escritos pelo franciscano Jacques de Guise em Valenciennes, na segunda metade do séc. XIV, encontra-se um trecho em que a figura de D. Pedro reaparece ligada ao martírio de frades franciscanos em Marrocos. Vemos o infante e um grupo de cruzados que anos antes haviam participado na conquista de Constantinopla comoverem-se profundamente com a fé dos frades franciscanos que encontraram no norte de África, a ponto desejarem imitar o caminho de vida por aqueles seguido:

Assim, passados vários anos, o rei de Portugal, querendo invadir o reino de Marrocos, mandou convocar os vigorosos exércitos dos cristãos, nos quais nós estivemos presentes, por respeito a Deus e à rainha Matilde, outrora condessa Flandres, que fora irmã do rei de Portugal. Quando, na verdade, entrámos no reino de Marrocos com inumerável conjunto de cristãos, encontrámos ali grande quantidade de frades dessa ordem, que pregavam aos sarracenos, com provas e milagres de facto muito evidentes, a fé de Cristo, tanto pela palavra como pelo exemplo (para nosso exemplo). De entre eles vimos muitos voluntariamente serem martirizados em nome de Cristo, que é o fundamento supremo da nossa fé e aí se distinguiram de todos os outros cristãos. Alguns foram feitos prisioneiros, como foi informado o exército cristão, por fonte segura. Ouvindo isto, o Infante D. Pedro, primogénito do rei de Portugal, comandante e líder de todo o exército cristão, sofrendo por eles, condeu-se muito. E desejando que eles fossem devolvidos à liberdade dos outros cristãos, se pudesse ser, procurou entregar, em lugar dos frades, dezasseis sarracenos ilustres que tinha consigo cativos, mas não conseguiu resgatá-los, pelo que o rei de Marrocos martirizou muito cruelmente os ditos frades. No martírio deles sobressaíram tantos e tantos milagres que todos nós, por amor da fé cristã e pela constância dos frades, uma vez vistos e sentidos tão manifestos milagres, optámos por sofrer o martírio com os ditos frades. Todos os dias gemíamos, chorávamos, suspirávamos, pensávamos como suportar a morte tão cruel dos frades inocentes, em nome de Cristo. Assim, pensou o dito Infante D. Pedro que, se pudesse voltar à sua vida de príncipe, entraria às escondidas na ordem daqueles frades [...].<sup>26</sup>

D. Pedro encarregou-se depois de mandar registar a *passio* dos mártires e de mandar recolher as suas relíquias, que transportou (em data omissa) para Lisboa. Nesta cidade, os cruzados de além Pirinéus abandonaram o mundo, ingressando na ordem dos menoritas:

<sup>26</sup> Tradução minha do seguinte texto latino: "Tandem pluribus revolutis annis rex Portugalie volens regnum Marrochiorum invadere fecit acies christianorum graves convocari, in quibus nos ob reverenciam Dei et Mahaldis regine, condam Flandrie comitisse, que fuerat soror regis Portugalie, presentes interfuimus. Cum autem regnum Marrochiorum cum innumerabili populo christianorum intrassemus, magnam quantitatem fratrum ordinis istius reperimus ibidem, qui fidem Christi verbo pariter et exemplo nobis Christianis, Sarracenis vero signis et miraculis manifestissimis predicabant. Horum vidimus plures pro Christi nomine voluntarie martirizari, qui maximum fidei nostre fundamentum nobis et omnibus ibidem existentibus christianis prestiterunt, inter quos fuerunt a rege Marrochiorum, prout acies christianorum fide certa comperit, captivati. Quod audiens Petrus infans, primogenitus regis Portugalie, tocium christianorum aciei principalis dux et rector, gemendo eis multem condoluit; et cupiens eos libertati christianorum restituere, si posset, voluit XVI notabiles Sarracenos, quos apud se captivos tenebat, reddere loco fratrum, sed obtinere non valuit. Unde rex Marrochiorum dictos fratres cruentissime martirizavit. In quorum martirio tot et tanta claruerunt miracula, quod nos omnes amore christiane fidei et fratrum constancia, visis et auditis miraculis tam manifestis, cum dictis fratribus martirizari optabamus. Erant nobis cotidie gemitus, cotidie lacrimae, singultus et suspiria, cum fratrum innocentem mortem tam crudelem pro fide Christi sustinuisse recolebamus. Tandem recoluit dictus Petrus infans, quod, si ad propria vita comite repatriare posset, religionem fratrum illorum subintraret." (*Jacobi de Guisia Annales Hanoniae*, ed. de E. Sackur, Lib. XXI, *Monumenta Germaniae Historica*, Supplementa Tomorum XVI-XXV, Hannover, 1896, p. 286).

Assim, passado pouco tempo da chegada feliz a Lisboa, nós todos, incluindo os cavaleiros e escudeiros da nossa liga, que escapáramos a múltiplos perigos pelos méritos dos santos frades, recordámos em cordial união o que em conjunto prometêramos a Deus. E feita primeiramente uma diligente e reflectida análise concluimos, em conjunto, sem qualquer discordância, considerada a brevidade da nossa vida, a perigosidade do mundo, a vaidade da vida, a observação afastada dos juízos de Deus, a atrocidade do inferno, a incerteza da morte e a magnitude dos nossos pecados, decidimos, afirmo, que tudo o que em Marrocos prometêramos realizar cumpriríamos. O que de facto fizemos. Na verdade, pela primeira vez, nós, vinte e oito, em Lisboa, num pobre convento de frades, não sem os fios de lágrimas, tanto do rei de Portugal, como dos outros nobres e daqueles não nobres ali presentes, renunciámos completamente às armas, às esposas, aos filhos, às heranças, às honras mundanas e a todo o mundo e às suas pompas.<sup>27</sup>

Como se vê, mais do que mostrar os passos do martírio dos frades, a narração pretende pôr em evidência o seu efeito junto da nobreza. É pois a adesão dos melhores da cavalaria à humilde regra franciscana que a narrativa elege como principal conteúdo de imitação. Quanto a D. Pedro, Jacques de Guise colocou-o entre o número dos cavaleiros dignos de serem recordados pela sua conversão à mendicância, ao fazer despertar nele o desejo (mais do que isso teria colidido com a realidade histórica) dessa conversão.

No texto de Jacques de Guise não encontramos qualquer nota sobre uma hipotética ligação de D. Pedro ao movimento das cruzadas. Mas essa possibilidade não deverá ser liminarmente descartada. Numa breve passagem do segundo volume da *História de Portugal*, Alexandre Herculano referiu-se à errância militar de D. Pedro como cruzado, escrevendo a propósito disso o seguinte:

Assim, em 1236 havia-se dirigido ao Oriente em auxílio do Império de Constantinopla, contra os sarracenos da Síria.<sup>28</sup>

A sua fonte (citada) foi a continuação dos *Annales Ecclesiastici* de Caesare Baronio, escrita pelo dominicano polaco Abraham Bzovsky. Com efeito, nesta obra lê-se:

<sup>27</sup> Tradução minha do texto latino: "Paucis postmodum evolutis temporibus ab illo tunc, quo Ulixbone cum prosperitate applicueramus, nos de consorte atque liga nostra milites et scutiferi considerantes, quod ex sanctorum fratrum meritis pericula evaseramus multiplicia, concordi assensu quod promiseramus Deo insimul replicavimus, et habita prius diligenti et matura deliberacione conclusimus pariter nullo discrepante, considerata vite nostre brevitare, mundi periculositate, vivencium vanitate, iudiciorum Dei districta examinacione, infernorum atrocitate, mortis incertitudine atque peccatorum nostrorum magnitudine, decrevimus, inquam, quod omnia que in Marrochio Deo promiseramus opere adimpleremus. Quod et de facto fecimus; nam prima vice nos XXVIII simul in Ulixbona in pauperculo fratrum conventuu, non sine lacrimarum ymbribus tam regis Portugalie quam aliorum nobilium et innobilium illorum ibidem astancium, armis, uxoribus, liberis, successsionibus, honoribus mundanis atque toti mundo et pompis eius omnino renunciavimus [...]" (*Ibidem*, p. 287).

Este trecho, como o anterior, pode também ser lido na edição oitocentista francesa e belga da obra de J. J. Dias Marques: *Histoire de Hainaut*, traduite en français, avec le texte latin en regard, et accompagnée de notes. Tome 14<sup>e</sup>, Paris/ Paulin, Bruxelles/Arnold Lacrosse, 1832, pp. 316 e 318 (texto latino), pp. 317 e 319 (tradução francesa). É esta edição que Geneviève de CANT cita quando se refere ao infante português, no estudo intitulado *Jeanne et Marguerite de Constantinople, Comtesses de Flandre et de Hainaut au XIII<sup>e</sup> siècle*, préface de Régine Pernoud, Éditions Racine, Bruxelles, 1995, pp. 108-109. Infelizmente, a autora introduziu várias alterações nas passagens citadas da tradução francesa, acabando por dar a público um texto bastante diferente daquele que Jacques de Guise escreveu.

<sup>28</sup> Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, II, com notas críticas de José MATTOSO, Lisboa, Bertrand Editora, 1981, p. 489.

Depois, Teobaldo de Navarra e Pedro, senhor das Maiorcas, partiram em auxílio do Império de Constantinopla, que estava em perigo. Assim que aí terminaram o combate, munidos das suas armas onde estava representada a cruz de Cristo, avançaram para a Palestina, contra os sarracenos.<sup>29</sup>

De facto, em 1235 (data apontada pela historiografia contemporânea) foi lançada uma cruzada de auxílio ao imperador cristão de Constantinopla, Jean de Brienne, que viu aquela cidade ser cercada por João III de Niceia e Ivan II da Bulgária. Um ano depois o imperador de origem francesa viria a morrer, vestindo o hábito de S. Francisco. O cruzado militar convertia-se, assim, no cruzado espiritual, imitando a vida dos frades menores e as suas representações; tornava-se ao mesmo tempo modelo de vida despojada. Contemporâneo de Jean de Brienne, D. Pedro exprime na escrita apologética de Jacques de Guise, atrás citada, o desejo de vir a personificar tal modelo. Não foi tão longe a lenda portuguesa dos cinco mártires de Marrocos (de que J. de Guise talvez tenha ouvido falar), uma vez que ao infante confiou apenas um papel, menos pessoalmente comprometido com a ideologia franciscana: o de testemunhar, e confirmar, a radicalidade do ideal de vida mendicante e de contribuir, por via da salvaguarda das relíquias dos mártires franciscanos, para a sua irradiação em Portugal.

---

<sup>29</sup> Tradução minha da seguinte passagem: "Porrò ad subsidium Imperio Constantinopol. periclitanti Theobald. Nauarraeus & Petrus Maioritarum exiuerant: simul ubi bellum istud confecissent, in Palaestinam contra Saracenos arma cruce signata traducturi." (*Annalium ecclesiasticorum post illustriss. Et reverend. Dominum D. Caesarem Baronium*, Tomus XIII, Rerum in orbe Christiano ab annum Domini 1299 gestarum narrationem complectens auctore R. P. Fr. Abrahamo BZOVIO Polono, Antuerpiae, Apud Henricum Aertssium, 1617, pp. 372-373).